

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIANÓPOLIS

ESTADO DO TOCANTINS "GESTÃO EFICIENTE" ADM: 2017/2020



**DECRETO Nº 332/2017** 

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PLANO DE CUSTEIO E AS ALIQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO DO MUNICIPIO DE DIANOPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIANÓPOLIS, Estado do Tocantins, **GLEIBSON MOREIRA ALMEIDA**, no uso pleno de suas prerrogativas legais e constitucionais, e,

CONSIDERANDO a necessidade de majoração do Plano de Custeio,

CONSIDERANDO a Lei n.º 1350/2016, em seu art. 3º, que versa sobre a reavaliação atuarial anual.

## DECRETA

**Art.1º** - A Contribuição Previdenciária mensal do Município incluído suas autarquias e fundações, definida na reavaliação atuarial será igual a 15,21% (quinze inteiros e vinte e um centésimos por cento) relativa ao custo normal calculada sobre a remuneração de contribuição dos segurados ativos.

**Art. 2º** - Fica alterado o plano de amortização constante na Lei 1350/2016 destinado ao equacionamento do déficit atuarial, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos segurados, conforme alíquotas de contribuição suplementar devidas pelo ente definidas na tabela a seguir:

| Período     | Taxa de Custo Especial |
|-------------|------------------------|
| 2017        | 1,50%                  |
| 2018        | 2,00%                  |
| 2019        | 2,50%                  |
| 2020        | 3,50%                  |
| 2021        | 4,50%                  |
| 2022        | 6,45%                  |
| 2023        | 8,45%                  |
| 2024        | 10,45%                 |
| 2025        | 12,45%                 |
| 2026        | 15,44%                 |
| 2027        | 18,44%                 |
| 2028        | 21,44%                 |
| 2029 a 2046 | 24,44%                 |



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIANÓPOLIS

ESTADO DO TOCANTINS "GESTÃO EFICIENTE" ADM: 2017/2020



**Art. 3º** - As contribuições correspondentes as alíquotas do custo normal e suplementar relativas ao exercício de 2017, somente poderá ser exigida depois de decorridos 90 (noventa dias) da data de sua publicação, conforme preceitua o § 6º do artigo 195 da Constituição Federal.

**Parágrafo único.** Até o início da cobrança da contribuição previdenciária de que trata este Decreto, permanece inalterada a alíquota da parte patronal em vigência.

**Art. 4º** - Fica Homologado nos termos deste Decreto o resultado da reavaliação atuarial de 2017, revogada as disposições em contrário.

Município de Dianópolis-TO, ao 25º dia do mês de setembro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, DÊ CIÊNCIA, CUMPRA-SE.

**GLEIBSON MOREIRA ALMEIDA** 

Prefeito Municipal